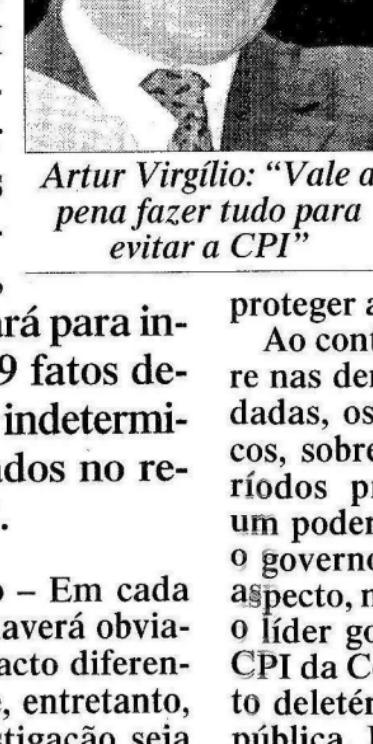


Ariosto Teixeira

## O efeito paralisante

O governo tomou um susto de verdade com a conquista, pela oposição, do número suficiente de assinaturas de congressistas para requerer a abertura da CPI da Corrupção. Seu líder no Congresso, deputado Artur Virgílio (PSDB-AM), reconhece que se encontra diante do seguinte dilema: ou a CPI não se instalará, por seus vícios de inconstitucionalidade, "ou se instalará para investigar os 19 fatos determinados e indeterminados indicados no requerimento".

**Contaminação** – Em cada um dos casos haverá obviamente um impacto diferente. Na hipótese, entretanto, de que a investigação seja constituída, o primeiro e confuso obstáculo à sua eficácia será o amplo espectro de fatos a serem apurados. Virgílio nota que uma comissão parlamentar mista, como é o caso, é composta por 22 congressistas (11 deputados e 11 senadores). Desse número, elegem-se um presidente e dois vices,



Artur Virgílio: "Vale a pena fazer tudo para evitar a CPI"

além de um relator-geral. Faltará, portanto, um parlamentar para sub-relatar um dos 19 itens, uma vez que para cada um deles haverá um sub-relator. "Será uma CPI ridícula, só de caciões", observa o líder em tom de blague.

Virgílio não esconde a preocupação oficial "com a questão política interna".

Segundo ele, na hipótese de aprofundamento da crise política com a instalação de uma CPI, haverá inevitável contaminação do quadro econômico. Por isso, alega, "tudo que for legítimo fazer para evitar a CPI vale a pena, pois a nossa principal obrigação é proteger a economia".

Ao contrário do que ocorre nas democracias consolidadas, os inquéritos políticos, sobretudo durante períodos pré-eleitorais, têm um poder paralisante sobre o governo no Brasil. Nesse aspecto, não há dúvida para o líder governista de que a CPI da Corrupção terá efeito deletério sobre a agenda pública. Isso porque a paixão política não permite que o País continue funcionando normalmente, mesmo quando os fundamentos macroeconômicos são saudáveis, como ocorre hoje. "O Brasil não consegue fazer bem as duas coisas. Em geral, a realidade é que as CPIs paralisam e postergam a agenda".

\* \* \*

## Quem não chora...

## Sem perdão

Diz o senador tucano Antero Paes de Barros (MT) sobre a possibilidade de os parlamentares chegarem a acordo para evitar punição mais rigorosa a Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda: "A absolvição dos dois senadores significaria a punição do Senado inteiro." Como Barros, os senadores voltaram de seus Estados depois do feriado com a noção exata da dimensão que ganhou a violação do painel. Ele acredita que a população não perdoaria a opção por "aliviar a barra dos dois."